

O modo analógico

Por **Murillo de Aragão** - 26 de novembro de 2022



O custo político da governabilidade está aumentando de forma exponencial. Basicamente por três fatores. O primeiro deles foi o discurso do presidente eleito sobre o mercado. O segundo é a indefinição do formato da equipe econômica. O terceiro é a alegoria em que está se transformando a transição, com mais de 300 pessoas e diversos grupos de trabalho. A percepção que decorre do momento é a de imprevisibilidade e ausência de um rumo claro mais além das palavras de ordem.

Obviamente, em dois ou três movimentos, o presidente eleito pode dissipar as dúvidas e causar, até mesmo, euforia entre investidores e empresários. Enfim, pode derrotar as expectativas de juros altos que estão sendo projetados para o futuro, provocar uma revalorização das empresas na bolsa e, ainda, destravar investimentos que estão em compasso de espera. Porém, enquanto as nuvens não são dissipadas, as consequências da elevação do custo político da transição são óbvias. A primeira delas foi o banho de sangue na bolsa de valores, aumento das taxas de juros futuros e volatilidade do câmbio ao longo do mês de novembro.

“Sem ter iniciado, a nova gestão encara uma situação mais desafiadora que a de Bolsonaro no começo de 2019”

A segunda consequência são os movimentos dos líderes do Congresso Nacional em relação ao futuro governo. Nem chegamos a dezembro, Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, já tinha assegurado apoios para buscar a eleição para um novo mandato ao largo de entendimentos com o novo governo. O acordo, em princípio, excluiu o PT das principais comissões e das relatorias do Orçamento. O que significa, como disse um parlamentar influente, que “o presidente da República terá a maioria para aprovar o que o Centrão quiser”. Enquanto o novo governo ainda não decidiu o time, o Legislativo já está em campo estabelecendo as regras do jogo.

A terceira consequência é o perrengue instalado para avançar na chamada PEC da Transição. Pelo menos três propostas para a emenda da transição estão na mesa de negociação. Mas o caminho para a sua aprovação ainda não está delimitado. Além do mais, a possibilidade de o Congresso dar liberdade orçamentária ao novo presidente por quatro anos parece mais do que remota.

Sem ter iniciado, a nova gestão encara uma situação ainda mais desafiadora que a de Jair Bolsonaro no começo de 2019. O Congresso está mais forte, mais articulado e autogerador de maiorias. O novo governo, por sua vez, mantém indefinições críticas na agricultura, na infraestrutura e, sobretudo, na economia, e politicamente ainda não se estruturou. A ponto de poder ficar de fora de comissões técnicas importantes na Câmara dos Deputados.

Como tudo em política não é eterno, até a data da eleição, em fevereiro do ano que vem, muita água vai passar por baixo das pontes de Brasília. O que é certo pode ficar incerto e o que é duvidoso pode se transformar em certeza. O estadista alemão Bismarck disse que a política é a arte do possível por não conhecer o Brasil. Aqui a política é a arte do impossível. Tudo pode acontecer. Mas, até agora, o novo governo está operando em modo analógico, mostrando imagens borradas de suas intenções, e o Congresso, pelo seu lado, opera em modo digital.

Publicado em VEJA de 30 de novembro de 2022, edição nº 2817

Murillo de Aragão

Murillo de Aragão é advogado, jornalista, professor, cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisas e sócio fundador da Advocacia Murillo de Aragão. É formado em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (UniCEUB), é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Sociologia (estudos latino-americanos) pelo Ceppac – Universidade de Brasília. Entre 1992 e 1997 foi pesquisador associado da Social Science Research Council (Nova York). Foi membro do “board” da International Federation of the Periodical Press (Londres) entre 1988 e 2002. Foi pesquisador da CAPES quando doutorando no CEPAC/UnB. É membro da Associação Brasileira de Ciência Política, da American Political Science Association, da Internacional Political Science Association, da Ordem do Advogado do Brasil (Distrito Federal) e do IBRADE - Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2007 - 2018). Como membro do Conselho, foi chefe de delegações do organismo na Rússia, BRICs e Comunidade Européia. Como palestrante e analista político, Murillo de Aragão proferiu mais de duas centenas de palestras, nos últimos 20 anos, em Nova York, Miami, Londres, Edimburgo, São Francisco, San Diego, Lisboa, Washington, Boston, Porto, Buenos Aires, Santiago, Lima, Guatemala City, Madrid, Estocolmo, Milão, Roma, Amsterdã, Oslo, Paris, entre outras, para investidores estrangeiros sobre os cenários políticos e conjunturais do Brasil. Aragão lecionou as matérias “Comportamento Político” e “Processo Político e Legislação” no Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi professor visitante da Universidad Austral, Buenos Aires e consultor do Banco Mundial. É professor-adjunto da Columbia University (Nova York). Em 2017, foi convidado para ser professor-adjunto na Columbia University (Nova York) onde leciona a cadeira “Sistema Político Brasileiro”. É autor e autor de seguintes livros: Grupos de Pressão no Congresso Nacional (Maltese, 1992), ‘Reforma Política – O Debate Inadiável (Civilização Brasileira, 2014) e Parem as Maquinas (Sulina, 2017). É colunista de opinião da revista Isto É, e do jornal, O Estado de São Paulo.

[View all posts](#) 

Murillo de Aragão

Murillo de Aragão é advogado, jornalista, professor, cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisas e sócio fundador da Advocacia Murillo de Aragão. É formado em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (UniCEUB), é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Sociologia (estudos latino-americanos) pelo Ceppac – Universidade de Brasília. Entre 1992 e 1997 foi pesquisador associado da Social Science Research Council (Nova York). Foi membro do “board” da International Federation of the Periodical Press (Londres) entre 1988 e 2002. Foi pesquisador da CAPES quando doutorando no CEPAC/UnB. É membro da Associação Brasileira de Ciência Política, da American Political Science Association, da Internacional Political Science Association, da Ordem do Advogado do Brasil (Distrito Federal) e do IBRADE - Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2007 - 2018). Como membro do Conselho, foi chefe de delegações do organismo na Rússia, BRICs e Comunidade Européia. Como palestrante e analista político, Murillo de Aragão proferiu mais de duas centenas de palestras, nos últimos 20 anos, em Nova York, Miami, Londres, Edimburgo, São Francisco, San Diego, Lisboa, Washington, Boston, Porto, Buenos Aires, Santiago, Lima, Guatemala City, Madrid, Estocolmo, Milão, Roma, Amsterdã, Oslo, Paris, entre outras, para investidores estrangeiros sobre os cenários políticos e conjunturais do Brasil. Aragão lecionou as matérias “Comportamento Político” e “Processo Político e Legislação” no Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi professor visitante da Universidad Austral, Buenos Aires e consultor do Banco Mundial. É professor-adjunto da Columbia University (Nova York). Em 2017, foi convidado para ser professor-adjunto na Columbia University (Nova York) onde leciona a cadeira “Sistema Político Brasileiro”. É autor e autor de seguintes livros: Grupos de Pressão no Congresso Nacional (Maltese, 1992), ‘Reforma Política – O Debate Inadiável (Civilização Brasileira, 2014) e Parem as Maquinas (Sulina, 2017). É colunista de opinião da revista Isto É, e do jornal, O Estado de São Paulo.

